

ALADI/CR/Ata 736  
7 de junho de 2000  
Hora: 10h10m às 11h15m

### ORDEM DO DIA

1. Aprovação da ordem do dia.
  2. Assuntos em pauta.
  3. Consideração da ata correspondente à 735ª. sessão.
  4. Relatório da Trigésima Sexta Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CFM/XXXVI/Ata).
  5. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento (ALADI/CR/dt 150) e projeto de acordo sobre transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/PA 89).
  6. Apresentação do documento: “Síntese informativa sobre a Rodada do Milênio da OMC: Primeiro Relatório” (ALADI/SEC/di 1316).
  7. Apresentação do documento: “O impacto das preferências comerciais sobre o comércio intra-regional” - Análise do MERCOSUL e dos acordos bilaterais do Chile (ALADI/SEC/Estudo 127).
  8. Assuntos diversos.
    - Representação do Paraguai. Comunica o pagamento das contribuições atrasadas para o orçamento da Associação.
-

Preside:

RAFAEL SERRANO HERRERA

Assistem: Carlos Onis Vigil, Jorge Alberto Ruiz, Ricardo Harstein e Julia Adriana Gabriela Pan (Argentina), Mario Lea Plaza Torri e María Elena García de Baccino (Bolívia), José Artur Denot Medeiros, Afonso José Sena Cardoso, Marcelo Baumbach e Paulo Roberto Ribeiro Guimarães Pereira (Brasil), Héctor Casanueva Ojeda, Flavio Tarsetti Quezada e María Antonieta Jara (Chile), Arturo Sarabia Better e Fabio Emel Pedraza (Colômbia), Miguel Martínez e Fidel Ortega Pérez (Cuba), José Serrano Herrera, Julio Prado Espinosa e Carlos Santos Repetto (Equador), Julio Lampell Adler (México), Efraín Darío Centurión, Gloria Irma Amarilla Acosta e Luis Alfonso Copari (Paraguai), Carlos Higuera Ramos e Carlos Vallejo Martell (Peru), Jorge Rodolfo Talice, José Roberto Muinelo e Elizabeth Moretti (Uruguai) Nancy Unda e Magdalena Simone (Venezuela).

Secretário-Geral a.i.: Leonardo Mejía.

Secretário-Geral Adjunto: Gustavo Adolfo Moreno.

Secretaria: Jorge Rivero, Alberto Otero Bosque, Eduardo Moerzinger e Fernando Porta.

---

PRESIDENTE. Está aberta a sessão.

1. Aprovação da ordem do dia.

Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

2. Assuntos em pauta.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Senhor Presidente, no documento que está em poder dos Senhores Representantes constam as notas e documentos aos quais corresponde dar entrada na presente sessão.

Cabe salientar a nota da Representação da Colômbia, enviando um cheque pela quantia de US\$ 20.888,00 como parte da contribuição correspondente ao ano 2000.

Após a publicação do documento sobre assuntos em pauta, a Secretaria recebeu, também, uma nota da Representação do Chile com um cheque pela quantia de US\$ 100.000,00 correspondente ao cancelamento do saldo da contribuição para o ano 2000 e a um pequeno adiantamento de sua contribuição para o ano 2001.

Em nome da Secretaria-Geral agradecemos as contribuições das Representações da Colômbia e do Chile.

Queremos informar, também, sobre a distribuição do documento ALADI/CR/PA 90 por parte da Secretaria-Geral, contendo o projeto de convocação e agenda da Quarta Reunião do Conselho de Turismo. Neste documento estão incluídos os temas propostos à Secretaria pelas Representações do Equador, México e Uruguai.

Sugiro consultar as autoridades de cada um dos países sobre a agenda e a data propostas para saber se esse tema pode ser tratado na próxima reunião do Comitê de Representantes. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Secretário-Geral.

Devo comunicar aos senhores que, além das contribuições recebidas, há outros temas interessantes, como a vigência do Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação, assinado entre o Brasil e o México, e algumas informações importantes a serem levadas em conta.

Passamos a outro ponto da ordem do dia.

3. Consideração da ata correspondente à 735ª. sessão.

PRESIDENTE. Em consideração.

Não havendo observações, APROVA-SE.

4. Relatório da Trigésima Sexta Reunião do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários (ALADI/CFM/XXXVI/Ata).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. Obrigado, Senhor Presidente. O Senhor Alberto Otero, Chefe de Cooperação Financeira e Monetária da Secretaria fará a apresentação do relatório.

SECRETARIA (Alberto Otero). Esta reunião, a Trigésima Sexta do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários da ALADI, realizou-se na cidade do México, no âmbito da comemoração do Setuagésimo Quinto Aniversário do Banco do México, com a participação de quase todos os bancos centrais membros do Convênio.

Nessa oportunidade foi considerado o relatório da Quadragésima Reunião da Comissão Assessora de Assuntos Financeiros e Monetários e, entre suas recomendações, especialmente as relacionadas com a situação atual do Convênio de Pagamentos que, como é do conhecimento dos senhores, há alguns anos está tendo alguns problemas.

Nesse sentido, em uma resolução adotada pelo Conselho se decide tomar conhecimento dos estudos de consultoria realizados pela Secretaria-Geral sobre o tema, com base em uma recomendação de uma reunião anterior do Conselho e se

solicita à Secretaria que, além dos termos de referência estabelecidos na consultoria contratada, inclua o conteúdo do relatório dessa Comissão Assessora sobre o tema.

Solicita, igualmente, que uma vez concluído o estudo de consultoria seja distribuído entre todos os bancos centrais para sua análise interna, procurando que esta seja feita com uma antecipação de dois meses à próxima reunião da Comissão Assessora.

Por outro lado, avançaram estabelecendo alguns mecanismos de informação recíproca entre os bancos centrais, recomendando a cada banco central informar à Secretaria-Geral os estudos financeiros e monetários que incorpora a sua página web e que esta sistematize e informe a todos os bancos centrais para que, a qualquer momento, possam consultar nessa página temas de seu interesse.

Finalmente, foram adotadas algumas providências referentes ao funcionamento do SICAP e do SICOP; particularmente foram feitos alguns ajustamentos no SICOF, cujo funcionamento vem dificultando um pouco a canalização das operações.

Por último, recomenda-se aos bancos centrais manifestar sua opinião sobre a incorporação, em breve, do SWIFT ao Centro de Operações do SICAP-ALADI.

Este é, em termos gerais, o conteúdo da ata do Conselho para Assuntos Financeiros e Monetários.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria-Geral.

Submeto a consideração o relatório apresentado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Senhor Presidente, em sua apresentação foram mencionados os problemas que, como sabemos, está enfrentando o Convênio de Pagamentos. Solicitaria uma síntese desses problemas, de forma muito concisa.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria.

SECRETARIA (Alberto Otero Bosque). Minha exposição foi em termos gerais, mas é uma mistura de problemas que surgiram e também a situação cambiante da economia internacional, cujos efeitos incidiram fortemente no desenvolvimento das operações do Convênio.

Como os senhores sabem a internalização dos bancos comerciais que operam na região faz com que a utilidade do Convênio, no sentido de dispor de financiamento das operações, seja, digamos, menos importante.

Por outro lado, a generalizada liquidez atual dos bancos centrais também é outro fator que vai de encontro aos os princípios do Convênio, que busca, essencialmente, poupar divisas para não comprometer a liquidez. No momento de abundância de liquidez, aquele princípio básico, pelo menos atualmente, parece ser irrelevante.

Finalmente, e como uma breve síntese, como conseqüência dessas situações e de alguns problemas que já mencionei, cada banco central tomou medidas restritivas

para salvar seus riscos nas operações do Convênio. E esta concorrência desmedida fez com que o Convênio esteja travado, que somente se realizem, através dele, operações de menor quantia até um máximo de US\$ 100.000 nos casos, por exemplo, do Brasil e da Argentina, e com determinado limite de prazo.

Tudo isto levou a questionar o Convênio, e os bancos centrais, a partir de 97, começaram a analisar a situação e a tratar de encará-la adequadamente. Foram realizados estudos de diferente tipo, mas ainda nenhum deles solucionou o problema. Como manifestei anteriormente, a transnacionalização dos bancos comerciais é um dos principais fatores. Foram feitas, inclusive, consultas com os bancos comerciais instalados na região.

Pela complexidade da situação e pelas encomendas recebidas do próprio Conselho, a Secretaria decidiu, no ano passado, incorporar ao programa de atividades deste ano um estudo sobre a situação do Convênio e possíveis mecanismos ou instrumentos para sua reativação. Esse estudo está sendo elaborado por um consultor contratado pela Secretaria, que está concluindo a segunda parte, referente a manter contatos com todos os bancos centrais da região, de forma pessoal, por telefone ou através de reuniões como a do Conselho. E os bancos centrais estão expectantes de que surja uma solução deste estudo, que estará concluído para final de junho.

PRESIDENTE. Obrigado. Se não há outros comentários, tomamos nota do relatório apresentado pela Secretaria-Geral.

Passamos a outro assunto.

5. Relatório do Presidente da Comissão de Orçamento (ALADI/CR/dt 150) e projeto de acordo sobre transferência de créditos orçamentários (ALADI/CR/PA 89).

PRESIDENTE. Tem a palavra o Senhor Representante do Peru, Presidente da Comissão.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente.

O documento ALADI/SEC/dt 150 contém o relatório da Comissão de Orçamento, que se reuniu dia 31 de maio para analisar quatro temas. O ponto essencial deste trabalho foi tomar nota do projeto de acordo que autoriza a Secretaria-Geral a transferir para o subitem 4.1 "Despesas por afastamento de cargos" a quantia de US\$ 150.000 para cumprir com o mandato que lhe tinha dado anteriormente.

A Comissão acordou que este projeto fosse submetido à consideração e aprovação do Comitê de Representantes.

Nessa reunião manifestei, no penúltimo parágrafo da primeira página, a necessidade urgente de que, à luz dos relatórios apresentados, os países-membros procurassem, nos próximos meses, melhorar a situação financeira e a responsabilidade fiscal da ALADI a fim de diminuir custos e incrementar a capacidade e independência orçamentária do Organismo.

Isso é tudo, Senhor Presidente. Desejaria submeter à consideração dos senhores o projeto de acordo 89 para sua aprovação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Senhor Presidente da Comissão de Orçamento.

Antes de submeter a consideração o projeto de acordo, pergunto aos senhores se desejam fazer algum comentário.

Se não há comentários, submeto a consideração o projeto de acordo apresentado no documento ALADI/CR/PR 89, de 31 de maio de 2000.

Fica aprovado.

Por conseguinte, o Comitê de Representantes APROVA o ACORDO 232, cujo texto faz parte da presente ata.

Tem a palavra o Senhor Presidente da Comissão de Orçamento.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Presidente.

Agradeço a acolhida que teve este projeto que já é acordo. Na minha qualidade de Presidente da Comissão de Orçamento fiz esta reflexão tão profunda, que consta do relatório da Comissão, e queria comunicar que quando o Peru receba sua mala diplomática pagará o total de sua contribuição correspondente ao ano 2000.

Por conseguinte, considero que com isso cumpri, pelo menos, com a reflexão feita pelo Peru. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante.

Passamos ao seguinte ponto da agenda.

6. Apresentação do documento: "Síntese informativa sobre a Rodada do Milênio da OMC: Primeiro Relatório" (ALADI/SEC/di 1316).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. O Senhor Eduardo Moerzinger, Técnico do Departamento de Comércio, coordenou uma equipe de funcionários da Secretaria-Geral que preparou a síntese informativa sobre a Rodada do Milênio da OMC. Ele apresentará o documento, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Muito obrigado. Tem a palavra para fazer uma apresentação. Sucinta, por favor.

SECRETARIA (Eduardo Moerzinger). Obrigado, Senhor Presidente.

Dentro das atividades previstas pela Secretaria para o ano 2000 está um levantamento e acompanhamento das negociações que se celebrem na OMC.

No documento ALADI/SEC/di 1316, como indica seu título, é apresentado um relatório de caráter geral sobre as tarefas preparatórias que estão sendo feitas para o lançamento de uma nova rodada de negociações do sistema multilateral de comércio.

Por ser este o primeiro documento, e devido à importância e conseqüências do tema para o processo de integração regional, a intenção foi apresentar um relatório o mais completo possível, abrangendo os diferentes aspectos do lançamento dessa nova rodada.

Para cumprir com esse objetivo, o documento se centraliza na Terceira Conferência Ministerial de Seattle, em dezembro passado. Como os senhores sabem, essa reunião tinha como objetivo principal o lançamento formal desta nova rodada de negociações.

No documento constam as tarefas preparatórias, o desenvolvimento e o alcance desta conferência. O documento contém, ainda, informação sobre os principais objetivos destas negociações, sobre a agenda a negociar, sobre os princípios que regerão seu desenvolvimento, sobre as diferentes posições nos principais temas e sobre os esforços que estão sendo realizados em Genebra para dar início, finalmente, a esta nova rodada de negociações.

Para o desenvolvimento de cada um dos temas, devido à escassa informação de caráter oficial apresentada pela Secretaria da OMC, tivemos de recorrer a outras fontes extra-oficiais que tratam o desenvolvimento desta negociação. Fundamentalmente se recorreu a agências noticiosas internacionais.

Como pode observar-se no índice, o documento consta de nove capítulos. No primeiro constam os preparativos da reunião de Seattle, destinados a definir a futura agenda e o âmbito geral no qual deve ser desenvolvida a futura rodada.

Nesta etapa se destaca a ativa participação dos países da região neste processo de preparação da conferência ministerial, como demonstra o importante número de propostas apresentadas por estes países. Estas propostas estiveram destinadas, fundamentalmente, a incluir nas negociações o conceito de dimensão do desenvolvimento como conceito que deve transcender o âmbito de princípio de tratamento especial e diferenciado da forma em que é tratado atualmente nos diferentes acordos da OMC.

Muitos dos países da região propuseram que na revisão da aplicação dos acordos existentes ou em eventual negociação de temas novos sejam consideradas como mandato geral as disposições relativas ao tratamento especial e diferenciado.

Nessa proposta, os países da região tratam de salientar as dificuldades existentes para aplicar alguns dos acordos aprovados durante a Rodada Uruguai e especialmente os acordos sobre propriedade intelectual, investimentos, barreiras técnicas ao comércio, acesso aos mercados em matéria agrícola e acesso a mercados de produtos têxteis.

Como se informa também neste documento, a maioria dos temas não foi definida. Portanto, já se vislumbrava nesta primeira instância que ia ser difícil em Seattle alcançar acordos sobre os temas a serem incluídos na próxima agenda de negociações.

De qualquer maneira, nesta etapa preparatória houve alguns consensos de caráter programático, isto é, que a rodada do milênio tenha uma duração não superior a três anos ou que a agenda de negociações seja limitada e com objetivos muito concretos.

Dentro da informação obtida por esta Secretaria, e pelos dados que constam do projeto de declaração ministerial, que finalmente não foi aprovado em Seattle, pode presumir-se que a futura rodada negociadora tratará os temas vinculados com a

revisão da aplicação dos acordos sobre propriedade intelectual, investimento, barreiras técnicas e acesso aos mercados de produtos agrícolas e têxteis.

Procurar-se-á, também, revisar o acordo sobre dumping para que os países não abusem do uso dos direitos antidumping. Alguns países têm intenções de incorporar à agenda os temas novos, tratados atualmente no foro OMC como a concorrência, o comércio eletrônico, as compras do estado, os investimentos, a facilitação do comércio e os direitos trabalhistas. Logicamente, a futura agenda incorporará, também, os temas da denominada agenda incorporada, ou seja, fundamentalmente os referidos à negociação ou aprofundamento do tema agrícola e dos serviços.

No documento também se apresentam as diferentes posições negociadoras, destacando-se, logicamente, a posição dos Estados Unidos e da União Européia, mas também a firmeza da posição dos países em desenvolvimento e do Grupo Cairns que vêem nesta rodada uma oportunidade para obter maior participação no comércio internacional, procurando, principalmente, maior liberalização do comércio agrícola.

Outro ponto do documento mostra o desenvolvimento da conferência ministerial de Seattle, fundamentalmente seus problemas de organização, a forma de realizar as diferentes tarefas, o trabalho realizado pelos diferentes grupos de trabalho, especialmente pelo grupo de agricultura, pelo grupo de aplicação das normas, pelo grupo sobre acesso aos mercados e pelo grupo que tratava os temas novos.

Para cada um destes grupos, o relatório apresenta o objetivo e os pontos principais de negociação. Apresenta, também, as principais posições e a forma em que foi incorporado cada tema ao projeto de declaração ministerial da terceira conferência.

Como dizíamos, este projeto de declaração, finalmente, não foi aprovado, provocando a suspensão desta conferência. De qualquer maneira, a análise de seu conteúdo permite ter uma idéia exata sobre o possível alcance da futura rodada e sobre o âmbito geral em que deveriam ser desenvolvidas estas negociações.

Neste sentido, deste projeto de declaração surge que haveria consenso em que a rodada do milênio tomasse como base alguns princípios gerais como o compromisso único, mediante o qual se estabelece que não haverá acordo final até que se chegue a acordo em cada um dos setores ou em cada um dos temas.

Existe acordo, também, para utilizar o princípio de transparência nas negociações, a fim de obter um resultado equilibrado e para que seja considerado um tratamento especial para os países em desenvolvimento.

Por último, o documento apresenta a situação existente após a suspensão da conferência ministerial e a esse respeito se informa que esta suspensão deixa inconclusos os trabalhos empreendidos para o lançamento da nova rodada e que a conferência não se reiniciará enquanto o Diretor-Geral da OMC não conclua as consultas a ele encomendadas e que diminuam as diferenças existentes entre os países-membros.

Com relação à proposta de quando se reiniciará a conferência, a informação recopilada permite estimar que é difícil, e inclusive arriscado, fazer uma predição. Certamente não existirão as condições necessárias até estarem todos os



participantes convencidos de que devem realizar concessões e ceder em suas posições radicais. Por enquanto isto não se percebe.

De qualquer maneira, a suspensão da conferência e, por conseguinte, a ponderação do lançamento da nova rodada trouxe alguns problemas. O mais significativo para os países da ALADI é como será tratado o pedido dos países em desenvolvimento de ampliar os prazos para cumprir algumas obrigações de implementação, fundamentalmente os acordos de propriedade intelectual, de investimentos, subvenções, cooperação aduaneira, onde os prazos venceram em primeiro de janeiro passado.

As consultas realizadas sobre o tema pelo Diretor-Geral da OMC permitem indicar que os países desenvolvidos reconhecem a urgência do tema e estariam dispostos a adotar uma atitude razoável e construtiva para com estes problemas de transição. De qualquer maneira, ainda não temos informação sobre as medidas concretas que serão tomadas sobre este ponto.

Por último, cabe mencionar que, como estava previsto no programa de atividades deste ano, este tipo de relatório será apresentado quadrimestralmente ou na medida em que os avanços na OMC assim o justifiquem. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria-Geral e, em especial, ao funcionário Moerzinger por seu relatório, que submeto à consideração dos senhores.

Tem a palavra o Senhor Representante do Peru.

Representação do PERU (Carlos Higuera Ramos). Obrigado, Senhor Presidente.

Este é um dos relatórios que li com muita atenção porque contém toda uma síntese informativa um pouco tardia. A reunião se realizou em dezembro e estamos em maio, mas nunca é tarde para advertir os fracassos de uma organização da dimensão da OMC. Creio que poderíamos dizer que a ALADI é um modelo de organização, se lemos este documento, onde fica claro que as posições depois foram diametralmente opostas. Tive alguma prática internacional e nunca tinha visto, nem sequer no GATT, este tipo de acontecimentos em uma conferência ministerial. Por outro lado, algum dia será feito um documentário sobre isto, porque os delegados permaneciam falando sobre todas estas coisas ou fracassando, enquanto lá fora se realizavam manifestações gigantescas jamais vistas, tampouco, na história de um organismo internacional, inclusive de outros organismos internacionais muito mais discutidos no mundo. Chama-nos a atenção, também, não somente porque as posições dos países eram diametralmente opostas em temas transcendentais para os países em desenvolvimento, senão porque também a eleição do diretor-geral, há um ano e meio, dois anos, foi realmente um modelo de indisciplina, desordem e caos; isso de eleger um diretor-geral por dois anos e outro por dois anos, nunca se tinha visto na história de uma organização internacional.

Por conseguinte, minha Representação deseja agradecer à Secretaria este relatório. Consideramos que é muito completo e o compromisso que acabo de escutar de que cada quadrimestre será apresentado um relatório com novos avanços faz com que fiquemos atualizados em muitas coisas que tínhamos esquecido. É tudo. Obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante da Colômbia.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Representação da COLÔMBIA (Arturo Sarabia Better). Sim, uma pergunta. É a seguinte: em duas oportunidades no relatório foi mencionada a dificuldade de obter informação oficial, supõe-se que de alguma maneira os países aqui representados também estão representados na entidade oficial que deveria fornecer essa informação. Por que é tão complicado criar um canal de informação mais fluído?

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETARIA (Jorge Rivero). Obrigado, Presidente.

O problema é que a documentação discutida no âmbito da rodada não é publicada pela Secretaria da OMC para conhecimento de todos. É uma documentação de carácter restringido e somente é distribuída entre os países-membros. Então, se nós acedemos, como o fazemos, à página web da OMC, não podemos obter essa informação porque não está disponível. Deve fazer-se através dos países.

Temos o mesmo problema com as negociações da ALCA; tampouco podemos obter a informação oficial das negociações, de como estão evoluindo, através da página web, e nem sequer solicitando a informação à própria Secretaria, porque neste caso ainda é mais restringido. Isto é, o Comitê de Negociações Multilaterais da ALCA é quem determina que documentos podem ser levados a conhecimento público. Isto já tinha sido tratado anteriormente, e a única maneira de obter essa documentação, quando necessário, é através dos países-membros. Ou seja que os países-membros, através das Representações, poderiam fornecer-nos essa informação.

De qualquer maneira, às vezes chegamos, por vias indiretas, a obter alguma informação atualizada, mas não é possível obter a informação através da Secretaria da OMC ou da Secretaria da ALCA porque essa informação está classificada e reservada somente para os países. Obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Se não há comentários, agradecemos novamente o relatório apresentado pela Secretaria-Geral e passamos ao seguinte ponto.

7. Apresentação do documento: “O impacto das preferências comerciais sobre o comércio intra-regional” – Análise do MERCOSUL e dos acordos bilaterais do Chile (ALADI/SEC/Estudo 127).

PRESIDENTE. Tem a palavra a Secretaria-Geral para sua apresentação.

SECRETÁRIO-GERAL a.i. No mês anterior, a Secretaria-Geral distribuiu o documento “O impacto das preferências comerciais sobre o comércio intra-regional”. Este documento foi preparado pelo Consultor Fernando Porta, juntamente com funcionários da Secretaria-Geral.

O Senhor Porta, encarregado de apresentar o trabalho, é economista formado pela Universidade de Buenos Aires, especializado em economia internacional na

Universidade de Sussex, professor titular na área de economia da Universidade de Quilmes, Secretário Acadêmico de Mestrado em Estudos Sociais de Ciência e Tecnologia da Universidade Nacional de Quilmes, Consultor da CEPAL, do SELA, do Ministério de Economia da Argentina, do Ministério das Relações Exteriores da Argentina e da Comissão do Uruguai.

Cedo a palavra ao Senhor Porta.

SECRETARIA (Fernando Porta). Bom-dia. Perante a evidência do forte crescimento do comércio intra-regional e em particular, para o interior dos diferentes acordos de desgravação preferencial existentes no âmbito da ALADI, a Secretaria se propôs um trabalho de indagação sobre os fatores explicativos deste crescimento por entender que existiam, provavelmente, múltiplas causas e, talvez de modo significativo, o mesmo processo de desgravação preferencial.

Levando em conta que este processo tinha dado lugar a vários acordos, notadamente no caso do MERCOSUL e de alguns dos convênios bilaterais assinados pelo Chile, a intenção deste estudo foi criar uma metodologia tendente a determinar o provável impacto, entre outros fatores, das preferências comerciais para explicar o crescimento do comércio para o interior dos acordos e aplicar estas metodologias aos acordos cujo processo de desgravação tivesse sido concluído.

E este relatório que estamos discutindo, que se apresenta neste momento, é resultado desse trabalho feito em colaboração com os funcionários da Direção de Estudos da Secretaria-Geral.

O trabalho explorou, digamos, duas metodologias alternativas, que foram, de alguma maneira, provadas em diferentes esforços anteriores na literatura recebida para medir este provável impacto.

Estas duas metodologias alternativas combinam vantagens e deficiências. Em alguns casos foram feitas estimativas através de modelos econométricos, que se consideraram bons e firmes, quando o comércio é estudado de forma agregada e não é analisada sua composição setorial.

E uma segunda metodologia, que é uma análise estrutural da forma em que o comércio está composto e a mudança na composição do comércio entre diferentes momentos do tempo que permite, precisamente, estudar melhor as mudanças setoriais e, ao mesmo tempo, não permite medir exatamente a incidência dos diferentes fatores.

Neste trabalho foram exploradas ambas as metodologias. Minha idéia é apresentar, fundamentalmente, alguns resultados das análises estruturais. Trabalhamos com duas tipologias diferentes para fazer uma análise estrutural.

A primeira parte de uma hipótese relativamente simples: o comércio entre os países pode ser desagregado em dois grandes grupos. Um fluxo de comércio que corresponde a uma interseção de vantagens fortes do país exportador e de desvantagens fortes do país importador, o qual responderia a uma hipótese de comércio clássico. Isto é, dois países com estruturas diferentes geram vantagens e desvantagens diferentes e estas se combinam, dando lugar a um fluxo bilateral de comércio. Ao mesmo tempo, boa parte do comércio não necessariamente responde a este padrão, não necessariamente responde a um padrão de cruzamento de

vantagens e desvantagens fortes. E é aí, neste segundo componente do comércio, onde consideramos que as preferências estão atuando particularmente.

Portanto, na análise desta primeira tipologia, baseada em uma escala de vantagens comparativas, foi feito um estudo das vantagens comparativas dos diferentes países participantes destes acordos e estudar os fluxos bilaterais de comércio, por exemplo para o interior do MERCOSUL entre a Argentina e o Brasil, ou Argentina-Uruguai ou Paraguai-Brasil, etc., etc., desagregando o comércio bilateral naquela parte que responde a um esquema de comércio clássico, a um esquema dado por diferenças estruturais e, por outro lado, a fluxos de comércio nos quais as vantagens e desvantagens não são tão evidentes ou inclusive fluxos de comércio nos quais, na realidade, o país exportador apresenta, em termos gerais, desvantagens relativas.

Esta matriz mostra como se combinam as vantagens e desvantagens de um país exportador e de um país importador. Se o comércio funciona de acordo com o que estamos esperando, o comércio bilateral deveria concentrar-se ao longo da diagonal principal desta matriz. O país exportador deveria exportar aquilo que fosse mais vantajoso para o país que importa, tendo este desvantagens fortes nesse produto. Por outro lado, aparece uma área central desta matriz, onde as vantagens não são tão consolidadas, digamos assim, não são vantagens estáveis, e é onde consideramos que se está concentrando o impacto das preferências.

A expectativa que teríamos é que entre o início do processo de desgravação preferencial e o momento atual, o momento de finalização e, posteriormente, ao momento em que as preferências já são completas entre os países intervenientes do acordo, esta parte do comércio, a parte explicada, que não corresponde a um padrão clássico, deveria estar crescendo. E esta era a hipótese que queríamos corroborar no caso dos acordos preferenciais do MERCOSUL e de alguns acordos bilaterais do Chile.

Nesse quadro, que os senhores podem observar, apresentamos uma síntese muito breve dos resultados estimados e que, em linhas gerais, efetivamente, confirmam nossa hipótese. O comércio que nós qualificamos como sensível às preferências está crescendo, relativamente, com mais dinamismo que o restante. Outrossim, o comércio que não se explica por vantagens, mas que responde geralmente a um padrão de vantagem dos países, que chamamos de comércio anômalo, também está crescendo de forma dinâmica. E isto estaria incluindo outros instrumentos, a atividade de outros instrumentos do processo de integração como certa coordenação de políticas ou estratégias de comércio administrado, seja público, privado, etc.

Resumindo, além de alguns matizes que surgem nos diferentes fluxos bilaterais, a hipótese que tínhamos de que o comércio sensível a preferências, a área de comércio sensível a preferências estava crescendo proporcionalmente mais que o resto do comércio, é válida para os países do MERCOSUL e também para os convênios bilaterais do Chile.

A característica interessante desta metodologia é que permite identificar quais seriam esses produtos mais sensíveis às preferências. Portanto, a metodologia tem sentido como um exame *ex post*, um exame do que aconteceu, mas também teria sentido para antecipar, frente a novos acordos, prováveis áreas de maior impacto das preferências comerciais. Ou seja, teria também um sentido prospectivo.

Neste sentido usamos uma segunda tipologia para classificar os setores de produção e, portanto, o comércio resultante deste, que é uma tipologia que combina a idéia de qual é a forma principal de concorrência em cada produto, ou seja, se se compete fundamentalmente via preço ou se se compete pelo que se chama fatores não preço, qualidade, desenho, etc., etc., e combinando esta qualificação com a incidência relativa dos custos de transporte, nossa hipótese é que as preferências comerciais deveriam estar atuando mais, deveriam ter maior impacto relativo naqueles setores onde a concorrência se dá fundamentalmente através de preços, através do concurso de preços dos diferentes oferecedores e, ao mesmo tempo, onde os custos relativos de transporte não são demasiado significativos.

Consideramos que nos produtos em que se combinam estas duas características as preferências deveriam estar atuando mais significativamente.

Nossa hipótese era que nestes acordos que estamos analisando o comércio desses produtos deveria estar crescendo proporcionalmente mais que o resto do comércio.

Novamente, esta hipótese teórica, que fundamenta esta tipologia, valida os resultados que obtivemos. Em linhas gerais, embora, como manifestamos, a maioria dos fluxos bilaterais de comércio esteja crescendo dinamicamente nestes acordos o correspondente àqueles produtos que respondem a estas características, ou seja, ao que denominamos uma área sensível a preferências, está crescendo também relativamente mais.

O interessante da observação é que se analisamos os produtos selecionados por ambas as tipologias, que são totalmente diferentes, uma, baseada na idéia das vantagens comparativas e a outra, baseada na idéia de qual é o mecanismo principal de concorrência, estas duas tipologias selecionam o mesmo tipo de produtos. Isto é, são duas tipologias convergentes. Encontramos que o definido segundo uma tipologia e outra como área sensível às preferências determinam um mesmo universo de produtos, e este é o universo de produtos que vem crescendo mais dinamicamente que o resto dos produtos.

Deveria manifestar que as áreas que consideramos não sensíveis a preferências, ou seja, onde as preferências estariam tendo menor impacto, também explicam uma parte importante do comércio entre estes países. Ou seja, nesta desagregação observamos que o comércio clássico continua sendo um comércio importante entre nossos países e que o comércio sensível a preferências está ganhando, de qualquer maneira, cada vez maior espaço dentro dos fluxos bilaterais.

Finalmente, identificamos para cada fluxo bilateral um conjunto de produtos. Neste caso aparecem para os países do MERCOSUL –na transparência que está neste momento na tela- identificados, alguns deles, mas no documento consta uma extensa lista de produtos nos quais se sugere que as preferências estão tendo uma atividade importante.

Insisto na idéia de que esta metodologia pode ser utilizada com fins prospectivos e provavelmente como orientação de futuras negociações sobre preferências, entendendo de que há alguns setores que podem reagir mais rapidamente às preferências que outros.

Finalmente, para que isto não fique em um simples desenvolvimento das hipóteses teóricas e em uma classificação das correntes comerciais segundo estas hipóteses, tentamos fazer uma validação por métodos econométricos de nossa hipótese; isto é, utilizamos um modelo que trata de distinguir diferentes fatores explicativos das correntes de comércio e aplicamos este modelo a cada uma dessas hipóteses: comércio clássico, comércio sensível a preferências ou o que denominamos comércio anômalo, e o modelo econométrico valida bastante bem as hipóteses presentes no documento. Ou seja, o modelo econométrico mostra que a variável acordo, a existência de um acordo, explica melhor as correntes de comércio baseado no que denominamos áreas sensíveis a preferências ou o comércio anômalo do que explicariam para as correntes de comércio clássico.

Esta é uma síntese do relatório. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado à Secretaria e ao Consultor pela apresentação deste relatório.

Em consideração.

Tem a palavra o Senhor Representante do México.

Representação do MÉXICO (Julio Lampell). Obrigado, Presidente.

Consideramos muito interessante este trabalho. Acredito que tem um nível acadêmico que merece nosso reconhecimento e desejaria que a Secretaria pudesse continuar trabalhando com estes níveis. Po isso considero que devemos fazer uma análise mais profunda deste trabalho e não estaríamos em condições, neste momento, de fazer comentários muito profundos. Mas, desejaria, talvez mais adiante, tratar novamente o tema e ter oportunidade de contar com a participação do próprio autor em alguma sessão posterior para poder aprofundar alguns aspectos.

Desejaríamos recordar que esta atividade foi originalmente programada para julho do ano passado; ou seja, está concluindo com quase um ano de atraso com relação à programação original e está vinculada com uma segunda parte, onde iam ser analisados outros acordos cuja liberação ainda não tivesse concluído. Desejaria perguntar se está programada essa segunda parte do estudo que correspondia à atividade 2.10 do programa de atividades 1999. Considero isto particularmente interessante pela capacidade prospectiva, comentava-nos o autor, deste modelo e que nós tínhamos detectado também em uma primeira revisão.

Consideramos que poderia ser particularmente interessante um exercício deste tipo para acordos ou para relações bilaterais que não estão completamente liberadas ou inclusive para algumas que ainda estejam sendo negociadas. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do México.

Tem a palavra a Secretaria-Geral para dar alguma informação.

SECRETARIA (Jorge Rivero). Obrigado, Senhor Presidente.

Sim, está prevista no programa de atividades para este ano a segunda etapa deste trabalho, que é um estudo sobre os acordos cujos programas de liberação ainda estão em processo.

Queremos manifestar que isso se mantém no programa, mas como resultado do trabalho do Senhor Porta extraímos outros elementos e, como ele bem mencionava, não somente é importante, do trabalho, uma análise *ex post* do ocorrido, mas tem indicadores prospectivos do que poderia ocorrer com as negociações no futuro, que estamos analisando para elaborar os termos de referência a fim de definir um âmbito de referência para que esse trabalho tenha os resultados que está propondo a Representação do México, Senhor Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretaria.

Tem a palavra o Senhor Representante do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Artur Denot Medeiros). Senhor Presidente, muito brevemente. Queria parabenizar a Secretaria e, por seu intermédio, o Consultor por esse trabalho que me parece muito original. Logicamente, há várias partes nas quais a utilização de modelos econométricos muito complexos não me permitiu acompanhar o raciocínio específico do Consultor. Mas, na medida em que há um sumário e síntese que estão muito claras, considero que este tipo de trabalho pode ser de grande utilidade para nossos Governos na programação de suas atividades de negociação, na Associação e no processo de integração em geral.

Nossa Delegação tentará dar no Brasil a maior divulgação possível dentro do Governo a este tipo de documento e, como disse, este tipo de trabalhos, embora venha atrasado, como manifestou o representante do México, deve ser muito bem-vindo neste Comitê. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra o Senhor Representante do Chile.

Representação do CHILE (Héctor Casanueva Ojeda). Obrigado, Senhor Presidente. Queria aderir às congratulações pelo estudo, tanto do ponto de vista geral porque, efetivamente, fornece-nos uma metodologia de análise que pode ser aplicada ao conjunto das relações comerciais de nossos países intra-ALADI, como também para o resto do mundo. E também por seu valor como instrumento de análise para as equipes de nossas respectivas Chancelarias ou dos Ministérios correspondentes para futuras negociações.

Considero muito importante o estudo e desejo fazer uma consulta sobre sua difusão, já que o documento, até o presente, consta como documento restringido. Não sei quando poderia deixar de ser restringido para sua maior difusão, porque o considero muito importante como orientação para nossos setores empresariais. Considero que o instrumento principal para eles é saber em que setores é possível enfatizar em suas respectivas decisões sobre que produzir, como produzir e para quem produzir, que são as perguntas clássicas da economia. Acredito, portanto, que é um instrumento importante, também para os atores econômicos de nossos países.

Desejo fazer duas consultas ao coordenador do estudo. Uma sobre os fatores de competitividade. Embora não tenha lido o estudo em sua totalidade, desejaria saber, se pode dizer-nos, de forma sintética, quais são os fatores de competitividade levados em consideração para o agrupamento de produtos, qual é a ponderação dada aos fatores de competitividade, para poder determinar o grau de penetração ou não de produtos e qual é a incidência que, supõe-se, têm determinados fatores de

competitividade sobre outros, especialmente tratando de ver o caso dos novos fatores de competitividade, não os clássicos fatores de competitividade que são o custo da mão-de-obra, enfim, a taxa de câmbio, etc., mas os novos fatores de competitividade que atualmente são provavelmente mais relevantes que os dois anteriores.

Finalmente, pergunto também se há algum tipo ou do trabalho surgiu algum tipo de idéias, já que provavelmente o objetivo não fosse esse, mas se há algumas idéias sobre a incidência que têm os problemas de acesso aos mercados; ou seja, sem prejuízo de que as preferências existam, estas podem estar distorcidas por problema de acesso aos mercados, seja por barreiras não-tarifárias, por problemas de ordem administrativa ou inclusive por problemas que não podem sequer ser avaliados do ponto de vista da boa ou má fé do comércio internacional, mas porque existem barreiras de tipo administrativo e certa inércia administrativa que gera problemas de distorção, se estas, de alguma maneira foram consideradas ou não serão consideradas em um estudo futuro. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado, Senhor Representante do Chile.

Antes de dar a palavra à Secretaria-Geral vou dar a palavra ao Representante da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Carlos Onis Vigil). Obrigado, Senhor Presidente. Também queria manifestar nossas congratulações por este informe que, realmente, é qualitativamente muito superior aos informes que normalmente recebemos. Então, sentimos enorme prazer pelo fato de que a Secretaria esteja encaminhando um nível de estudos cada vez de melhor qualidade. Não somente serve para nós, mas é uma forma de dar cada vez maior prestígio a esta Associação.

A segunda parte é uma pergunta sobre competitividade setorial. Desejaria saber se existem alguns elementos ou se é possível um aprofundamento sobre o tema, porque considero que, a simples vista, este estudo não nos mostra elementos de competitividade. Se desejamos comparar alguma competitividade por setores, não podemos fazê-lo, e seria interessante poder contar com esses elementos. Mas, esta pergunta já foi explicada e muito bem feita pelo Embaixador do Chile, ou seja que a resposta servirá para os dois, para todos. Obrigado.

PRESIDENTE. Muito obrigado.

Tem a palavra a Secretaria-Geral para que, em primeiro lugar, responda a pergunta relacionada com a política de difusão de documentos, com relação a seu caráter restritivo e a possibilidade de que seja difundido pelas diferentes Representações. Depois daria a palavra ao consultor para que se refira aos fatores de competitividade e a outros mencionados aqui.

Tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Senhor Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço os Senhores Representantes pelas palavras de estímulo sobre o trabalho que estamos realizando.

Em segundo lugar, para informar que o caráter restritivo tem a ver, basicamente, com a quantidade de documentos que publicamos e que depois de tratá-lo no Comitê



será difundido através da página web, que é a melhor forma de que o maior número de pessoas da região possa ter acesso.

Cedo a palavra ao Senhor Porta, que responderá as consultas feitas.

PRESIDENTE. Tem a palavra.

SECRETARIA (Fernando Porta). Obrigado.

Eu diria que o estudo não trata especificamente de problemas de competitividade setorial. O estudo trata de selecionar um conjunto de setores nos quais provavelmente, a partir das hipóteses formuladas, a política comercial esteja tendo um impacto mais explicativo que outros fatores sobre o desempenho comercial.

Utilizamos para isto diferentes classificações setoriais que nos permitem, de certa forma, ter um ponto de partida sobre os elementos, os atributos que podem estar explicando o desempenho comercial de diferente tipo de produtos.

Nessa tipologia que denominamos fatores de competitividade, os produtos são agrupados segundo estes diferentes atributos. Por exemplo, se sua competitividade se explica fundamentalmente por uma vantagem de tipo natural ou uma maior ou menor proximidade com uma vantagem de tipo natural, se sua competitividade se explica por um problema de escala de produção, se sua competitividade se explica por um problema de atributos de tipo tecnológico. Então, esta tipologia permite classificar os setores em função de qual seria sua fonte de competitividade principal, sem fazer um estudo sobre se é efetivamente competitivo ou não. Isto é, supõe-se que se essa vantagem natural está presente, provavelmente essa economia, efetivamente, seja competitiva nesse tipo de produtos e, caso contrário, não.

O uso desta tipologia nos permite, ao mesmo tempo, ver em quais desses produtos a concorrência se expressa fundamentalmente através do preço, do que se denominam os atributos próximos ao preço e, fundamentalmente, custo de produção ou de outras questões além do preço, como, basicamente, questões de qualidade, questões de desenho, de diferenciação de produtos, etc.

Nessa tipologia se observa que aqueles setores mais vinculados à vantagem natural ou mais vinculados com a intensidade da mão-de-obra, provavelmente sua forma de concorrência principal seja através dos preços. E aqueles setores mais vinculados a questões como mão-de-obra qualificada ou questões como a intensidade de despesas em investigação e desenvolvimento ou questões como a escala de produção, provavelmente, o meio de concorrência principal sejam questões tais como a diferenciação de produtos ou esses atributos tecnológicos.

O único que fizemos com esta tipologia foi distinguir desse modo, porque pensamos que as preferências podem estar atuando mais intensamente aí onde se compete via preços, que onde se compete através de outros fatores.

Esta é a forma em que foi utilizada a idéia de fatores ou de fontes de competitividade neste trabalho. Não foram consideradas questões referentes a acesso aos mercados. Isto é, estas poderiam ser incorporadas a um modelo econométrico. O problema que têm, efetivamente, é o modo de calculá-las, de medi-las, de conhecê-las a nível setorial.

O problema dos modelos econométricos é que são tão bons como tão boa seja a informação que neles seja ingressada. Podemos explicitar um modelo econométrico perfeito do ponto de vista teórico e se não temos a base de dados capazes de responder essa questão, o modelo não nos explicará absolutamente nada.

Portanto, para aplicar modelos econométricos devemos ser capazes, ao mesmo tempo, de melhorar substancialmente a base de dados de que dispomos. Por isso, de certa forma, nossa idéia original, que era usar um modelo econométrico amplo, esteve limitada —e em parte isto explica também, em certo sentido, o atraso na apresentação do trabalho— pela impossibilidade de armar uma base de dados da qualidade requerida, pelo tipo de modelo que tinha sido sugerido.

PRESIDENTE. Muito obrigado, senhor consultor.

Se não desejam fazer mais perguntas, reiteramos nossos agradecimentos à Secretaria-Geral e ao consultor pelo trabalho realizado.

Passamos ao último ponto da ordem do dia.

#### 8. Assuntos diversos.

- Representação do Paraguai. Comunica o pagamento de contribuições atrasadas para o orçamento da Associação.

Tem a palavra o Senhor Representante do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Efraín Darío Centurión). Obrigado, Senhor Presidente.

Tenho o prazer de levar ao conhecimento do Comitê e da Presidência que, por Decreto do Poder Executivo Nº 8.434, de 24 de abril deste ano, dispôs-se o pagamento das quotas atrasadas de meu país à Associação. De maneira que queria adiantar esta informação que corrobora o que já expressei. Por conseguinte, o Paraguai estará em dia com as quotas atrasadas. Muito obrigado, Senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado pela informação.

Se não há mais assuntos, encerra-se a sessão.